De eleitor para deputado
"Eu confio em você
como você confia no meu voto."

Belo Horizonte – junho/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Deputado Alberto Pinto Coelho
Presidente

Deputado Doutor Viana
1º-Vice-Presidente

Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente

Deputado Roberto Carvalho
3º-Vice-Presidente

Deputado Dinis Pinheiro
1º-Secretário

Deputado Tiago Ulisses
2º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário

SECRETARIA

Eduardo Vieira Moreira
Diretor-Geral

José Geraldo de Oliveira Prado
Secretário-Geral da Mesa

S838

Moreira, Eliane Carneiro.
De eleitor para deputado : "eu confio em você como você confia no meu voto" / Eliane Carneiro Moreira. – Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, 2007.

40 p. – (Relatórios do NEPEL ; 4)

1. Deputado estadual – Minas Gerais.
2.Representação política – Minas Gerais. 3. Clientelismo Minas Gerais.
I. Título. II. Série.

CDU – 342.534(815.1)

A publicação da série de *Relatórios do Nepel* tem por objetivo a divulgação, por meio impresso, dos resultados finais dos projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Escola do Legislativo (Nepel).

Criado em 2002, o núcleo tem incentivado e abrigado pesquisas, executadas por servidores da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, voltadas para temas de interesse da sociedade e do poder público, agrupados em quatro grandes linhas:

• a democracia representativa e os instrumentos de participação popular;

• o Estado membro no contexto do federalismo brasileiro atual;

• o Poder Legislativo e sua relação com os demais poderes e funções do Estado, com a iniciativa privada e com as organizações não-governamentais;

• a prática político-parlamentar do Poder Legislativo estadual e de seus membros.

A contribuição para o trabalho legislativo e parlamentar dos membros do Poder Legislativo de Minas; a análise das práticas características da produção legislativa de um ponto de vista privilegiado, isto é, de quem vivencia e participa cotidianamente do processo; e o fortalecimento dos canais de interlocução do Poder Legislativo com o ambiente acadêmico de reflexão sobre a sociedade estão entre as metas mais importantes do núcleo e dos projetos de pesquisa nele desenvolvidos.

Espera-se, portanto, que a publicação destes relatórios de pesquisa seja um estímulo interno e externo à reflexão sobre o Poder Legislativo, a sociedade e o Estado, contribuindo, assim, para o aprimoramento dos mecanismos democráticos de representação popular no Parlamento.

Deputado Alberto Pinto Coelho
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

De eleitor para deputado "Eu confio em você como você confia no meu voto."

Eliane Carneiro Moreira[1]

Este artigo trata da relação entre *eleitor* e seu *representante político*, identificando nela *pedidos* do primeiro para o segundo.

Objetiva-se, com base na análise da natureza e da especificidade do *pedido*, perceber modos como o *eleitor* entende a função do parlamentar e maneiras como se dispõe ou não a colaborar com o deputado no cumprimento de suas tarefas legislativas para, então, interpretar a imagem que ele possui de seu *representante político.* Compreender, em face da função constitucional do deputado, o ato do *eleitor,* que, solicitando concessão de favores de interesse particular, encaminha- lhe pedido de cunho pessoal na esperança de ver atendida a sua necessidade singular. E, ainda, desvendar as razões que o fazem procurar seu *representante político,* com a disposição de resolver questões que, a rigor são, ou de responsabilidade privada, ou de atribuição do Estado.

A análise baseia-se em levantamento da quantidade e identificação dos tipos de pedidos encaminhados, no período de 1999 a 2004, a deputados estaduais do Legislativo mineiro. O universo pesquisado é composto de 77 deputados.[2] O tamanho da amostra é igual a seis parlamentares, escolhidos dentre aqueles que utilizam, metódica e organizadamente, o Sistema de Apoio Parlamentar (SISAP)[3], a saber: deputados Antônio Genaro, Antônio Júlio, Dilzon Melo, Ermano Batista, Mauri Torres e Sargento Rodrigues.

A pesquisa desenvolve-se em coleta de dados, organização do material coletado em grupos de pedidos, elaboração de quadros, tabelas e gráficos, e análise dos resultados alcançados.

A investigação justifica-se "pelo olhar" que parte da população lança ao significado atribuído ao parlamentar estadual. Nesse sentido, estudar demandas individualistas de eleitores pode munir o cidadão de elementos para qualificar e controlar a ação parlamentar. Compreendê-las pode contribuir para o aprimoramento da democracia, pois se entende, aqui, que a postura do *representante* eleito deve ser a de prestador de serviços ao coletivo – o que em nada se assemelha com o papel de se colocar à disposição deste ou daquele *eleitor* para atendimento personalizado de suas demandas. Além disso, pretende-se que conhecimento e análise dos tipos de solicitações e dos motivos pelos quais o *eleitor*, conhecendo ou não o papel do *representante político*, desvia a função parlamentar para atendimento da pedidos de interesse

1 Jornalista, pela UNI-BH, bacharel em História pela UFMG, especialista em História e Cultura Mineira pela Unipel e especializanda em História e Culturas Políticas pela UFMG.

2 Setenta e sete é o total de deputados estaduais de Minas Gerais.

3 Sisap é um programa de computador que possibilita ao deputado estadual, por exemplo, aprimorar seu vínculo com o eleitor, pois permite ao usuário cadastrar nomes, informações pessoais e, no âmbito de interesse deste trabalho, pedidos.

pessoal sirvam para contar um pouco da história de Minas Gerais e contribuam para, por um lado, a melhoria da qualidade do trabalho legislativo e, por outro, para a construção da cidadania.

1. "Com o objetivo de pedir"...

O encaminhamento do pedido pode ser *pessoal* por ocasião de visita do *eleitor* ao gabinete do parlamentar ou da presença deste em sua base eleitoral, *direto*, por meio de telefonema; ou *mediatizado*, por telegrama, *e-mail*, *fax* e, na imensa maioria dos casos, carta. Tanto o pedido *pessoal* como o *direto* não possuem materialidade documental. Dentre os meios – telegrama, *e-mail*, *fax* e carta – elege-se a última como documento de acesso ao pedido. Além de constituir registro, prova, etc., a carta apresenta facilidade de manuseio. No entanto, é necessário observar sua fragilidade, pois a carta guarda em si a ameaça da extinção. Sua duração é curta. Uma vez lida e direcionada às devidas providências, não há motivo nem espaço físico destinado ao seu armazenamento por muito tempo.

Assim, por meio de cadastros realizados no Sisap, a pesquisa tem acesso a quantidades e a tipos de pedidos. A carta é o que lhe permite conhecer sua expressão. Dessa forma, caro leitor, as cartas transcritas a seguir conservam a originalidade de seu texto. Dados pessoais de seus remetentes são omitidos, bem como quaisquer detalhes que possibilitem sua identificação. A inserção desses documentos segue normas da ABNT para Citação, mas distingue-se de citação propriamente dita, por meio de nota de rodapé.

> Venho a presença de vossa senhoria, **com objetivo de pedir** uma bolsa de estudos para meu filho, matriculado no segundo ano do curso de [...].
>
> O custo de vida está muito alto e sou pensionista e como é de vosso conhecimento a remuneração não é suficiente para suprir todas as necessidades que uma família necessita, principalmente no caso da educação e eu impossibilitada de arcar com tudo peço seu auxílio, pois a maior herança que se deixa para um filho é a educação.
>
> Certa de poder contar com sua atenção e uma resposta positiva, aguardo sua comunicação. (Grifo nosso.).[4]

As palavras acima estão presentes no texto de uma carta, que traz, em seu conteúdo, um *pedido*: uma bolsa de estudo para o filho da remetente. Quem pede? Uma pensionista, "impossibilitada de arcar com tudo", pois sua "remuneração não é suficiente para suprir todas as necessidades que uma família necessita". A quem se pede? A "vossa senhoria", neste caso. Noutros, pede-se à "vossa excelência", ao "caro e nobre e amigo Deputado", ao "senhor Deputado Estadual", ao "meu querido amado Deputado"...

> Caríssimo amigo e leal companheiro, estou-lhe escrevendo estas palavras **para lhe pedir** um grande favor e uma grande ajuda, nesse momento de sua parte e de grande equipe de serviço.
>
> Preciso ingressar, meu filho nas fileiras, da PM., P. Civil ou P. Federal.

4 Carta 1.

O meu filho prestou exame na PM., neste ultimo concurso.

Sua ficha = Boa Conduta = ótima disciplina, praticante de esporte = judô = faixa amarela, jiu jitsu = faixa verde.

"Colegial completo."

Não fuma = Não bebe, se conseguir entrar na PM. gostaria de "Armeiro" mexer com armas em geral.

Motorista profissional = ultimamente, trabalha como "segurança". (Grifo nosso.).[5]

O remetente é herdeiro de Caminha, que, ao final de seu famoso relato acerca do encontro de Portugal com Pindorama, pede a vossa alteza que "lhe faça uma singular mercê: mande vir da ilha de São Tomé a Jorge de Osório, seu genro".

Caminha pede em 1500. Os pais acima, no século XXI. A carta de Caminha está na História. Outras cartas também o estão, destacadas, geralmente, da correspondência de vultos políticos, intelectuais relevantes, personalidades artísticas, etc. Pouca ou nenhuma importância dá-se à carta do anônimo, do Zé e da Maria do povo. Quanto mais quando elas expressam miséria, desespero e asfixia social.

Cumprimentando-o cordialmente, solicito de Vossa Senhoria atenção à situação, a qual estou passando.

Hoje o que me leva a escrever estas poucas linhas, chama-se necessidades e dificuldades, as quais estou e venho passando, visto estar residindo em uma cidade sem recursos, onde o custo de vida é alto, estou gastando muito com remédios e aluguel.

Neste ano já fiz três empréstimos, somados no montante de R$ 360,00, fui obrigado a fazer para realizar tratamento de saúde do meu filho e minha esposa.

Hoje na atualidade estou percebendo R$ 750,00, para cobrir minhas despesas, o qual não está sendo suficiente, considerando que pago aluguel no valor de R$ 240,00, conta de luz no valor de R$ 50,00, conta de telefone no valor de R$ 40,00, supermercado no valor de R$ 300,00 e farmácia, a qual pago mensalmente remédios para o meu filho, no valor de R$ 150,00, somando as minhas despesas fica num total de R$ 780,00, ultrapassando R$ 20,00. Estou atravessando uma situação financeira muito difícil.

Diante do exposto **venho solicitar a Vossa Senhoria, verificar a possibilidade de me ajudar**, na contribuição de R$ 6.000,00 (seis mil), para que eu possa sair dessa situação, pagar as minhas dívidas (empréstimos) e cuidar melhor da saúde de meu filho e minha esposa. Se puder me ajudar serei grato pelo resto de minha vida. Deputado não deixe que essa minha solicitação caia no esquecimento, visto a grande necessidade que estou passando.

Caso Vossa Senhoria achar que deve me ajudar fineza depositar o dinheiro na conta [....]

Ao ensejo, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração. (Grifo nosso.).[6]

O *eleitor* renova "protestos de elevada estima e distinta consideração" para com aquele a quem deu seu voto. É possível que, pedindo, o *eleitor* esteja

5 Carta 2.

6 Carta 3.

querendo preservar a ligação. É possível que a razão que o mova seja a de saber: eleito, cadê o *representante*?

2. Eleito, cadê o *representante*?

Se presidente da República, submete-se a altíssimo grau de exposição em meios de comunicação para a massa. A impressa mantém olhar e escuta atentos a gestos e falas presidenciais. Anúncio, pronunciamento, comentário do Executivo trazem conseqüências imediatas para o dia-a-dia da população. O cidadão sente que, de alguma forma, deve acompanhar pensamento, palavra e obra do chefe de Estado. Para tanto, deixa-se levar por ondas de rádio e TV. À exposição midiática do presidente da República corresponde a de governadores e prefeitos. Assim, membros do Executivo continuam, após as eleições, de certa forma, próximos à população.

E, se vereador, deputado ou senador? Esses, em geral, vivenciam seu mandato sem grande aproximação com o eleitor ou mantêm com ele contatos esporádicos por meio de informativos, comunicados sobre o desenvolvimento do mandato, cartões de natal, de aniversário, etc. O eleitor, por seu lado, pode manter-se alheio. Ou pode, ativamente, acompanhar os passos de seu *representante*. Por vezes, pede em nome coletivo.

> É com imensa satisfação que mais uma vez procuro este amigo. Peço desculpas por procurá-lo apenas nos momentos de dificuldades. Mais uma vez o problema em pauta é a falta de respeito por parte da Prefeitura de … com os moradores da Rua … O descaso é muito grande. No ano anterior vários contatos foram feitos neste gabinete para conseguir apoio para cobrar da Pref. municipal mas de nada adiantou. Cansado de lutar em vão, resolvi momentaneamente deixar de lado, mas descobrimos este mês que no projeto esta rua está asfaltada há mais de dez anos. Onde foi ou com quem ficou os recursos da obra? Por que a rua é uma vergonha. Só tem lixo, enxurrada, esgoto, mato, ratos, e muitos delinqüentes que freqüentam o matagal que existe em frente a minha residência.
>
> (…)
>
> Peço insistentemente mais uma vez que este parlamentar interceda junto ao prefeito e aos responsáveis, por que do jeito que está não dá para agüentar, ainda mais sabendo que consta na prefeitura rua asfaltada e obra concluída há mais de dez anos.[7]

No desabafo do *eleitor* acima, está explícita a contraposição entre a esfera das relações privadas ("amigo", "peço desculpas"…) e a esfera das relações públicas ("falta de respeito por parte da prefeitura", "no projeto… a rua", "recursos públicos"…). Ao lado desse, há um outro tipo de *eleitor*: aquele que, em nome de interesses pessoais, procura o *representante* eleito. É o que vê no político a solução para problemas particulares ou de interesse restrito a uma pequena parcela da população e, outra vez,… pede.

> Estamos superpreocupadas por causa desta notícia inesperada "A perda da Pensão" tínhamos recebido informação que teríamos direito, pela minha faculdade. Então, comecei a gastar dinheiro com concursos, aulas

7 Carta 4.

> particulares... E, agora? Estamos na mão, com essa notícia preocupante, que vem nos assustando, atormentando...
>
> Tenho muitas despesas na parte médica como: psicóloga... faço tratamento com a psicóloga há muito tempo e, tomo remédio controlado para depressão. Agora, mais do que nunca, preciso desse tratamento, que já me excluirão. A perda do meu irmão [...] está sendo fatal, para minha cabeça e vida. Não posso deixar o tratamento e, principalmente, agora. Desde criança vou em psicóloga.
>
> Agora, tenho minha faculdade que não é barata, preciso pagá-la e não tenho nenhuma condição. Sem essa ajuda, que venho tendo desde criança, estaremos perdidas.
>
> Minha mãe faz tratamento para perna, ela tem trombose. E é particular. Tem os remédios que são caríssimos, são três caixas por mês. Ela faz controle de remédios de hipertensão. Temos nossas despesas em casa. Como nos sustentarmos agora. Como? Eu parar e, de uma hora para outra arrumar emprego e, deixar minha faculdade para trás, como fica minha cabeça no meio dessa bagunça? Se tínhamos a certeza que tínhamos direito?
>
> Emprego está difícil, a situação está preta. Então, preciso me formar... para poder nos sustentarmos. Mas para isso preciso continuar recebendo ajuda [...].
>
> Estamos precisando de sua ajuda.
>
> Precisamos que nos defendam. E, tenho fé em Deus que você conseguirá.[8]

O pedido parece ser, pois, um dos mais freqüentes meios de contato entre o mundo do eleitor e o do eleito.

3. O mundo do eleito: a função do deputado estadual

O Poder Legislativo é exercido, no âmbito dos estados, pelas assembléias legislativas.

A natureza do trabalho do parlamentar estadual pode ser apreendida lembrando-se de que é, por meio da sua atividade que, com sanção do governador, dispõe-se acerca de todas as matérias de competência do Estado, especificamente sobre plano plurianual e orçamentos anuais, diretrizes orçamentárias e sistema tributário estadual. A isso, some-se a participação em comissões (permanentes ou temporárias), às quais, em razão da matéria de sua competência, cabe, por exemplo, discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário[9]. Vale, ainda, chamar a atenção para a responsabilidade que assume ao integrar Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI).

Às atividades supra-relacionadas juntam-se as de fiscalização e de controle, pois, uma vez que a sociedade tem direito a governo honesto, obediente à lei e eficaz, os atos da administração devem sujeitar-se a controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas[10] com

8 Carta 5.

9 Salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Assembléia.

10 Além, evidentemente, do controle exercido pelo cidadão e por associações representativas da comunidade, mediante amplo e irrestrito exercício do direito de petição e representação perante órgão de qualquer Poder e entidade da administração indireta.

vistas a observar desde legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade de ato gerador de receita a fidelidade funcional do agente responsável por bem ou valor públicos.

Tais ações efetivam-se pelo processo legislativo, que compreende a elaboração de emenda à Constituição, lei complementar, lei ordinária, lei delegada ou resolução. É assim que o deputado estadual representa o povo mineiro. Constitucionalmente, o eleitor o elege para isso.

Mas não só para isso. Considere-se um deputado recém-eleito para seu primeiro mandato. Ele atua na Casa com a competência para criar lei estadual. Nesse aspecto, o deputado ingressa no mundo jurídico. Ora, a leitura, sem foros de profundidade do mais elementar dos dicionários jurídicos, põe o leigo diante de institutos que se traduzem apenas à força de conhecimento técnico. Tomem-se, aleatoriamente, alguns termos, no âmbito do direito material civil: prescrição, decadência e responsabilidade. Por vezes, os nomes tornam-se enigmáticos: anticrese, curatela e sucessão. No âmbito do direito administrativo: poder de polícia, bem público, improbidade administrativa, etc. Mesmo sem ser bacharel em Direito, o deputado precisa aprimorar conhecimentos para lidar com tais conceitos.

E não pára por aí. Ele agora faz parte de uma Casa de longa história e grande tradição, cujo corpo técnico possui alto nível de complexidade administrativa, financeira, política, etc. Nesse aspecto, o deputado ingressa no Estado. Ora, a análise, mesmo a de pretensão miúda do que seja uma Assembléia Legislativa, permite perceber que recém-eleitos vêem-se mergulhados numa instituição de extrema sofisticação organizacional. O organograma abaixo representa a estrutura da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Sua interpretação demonstra que, mesmo querendo apenas fazer política em nome de, por exemplo, mais justiça social, o deputado deve inteirar-se da máquina legislativa, sob pena de não dar um passo fora de seu gabinete.

E, mesmo assim, ainda não é tudo. O deputado integra-se a um trabalho que, no caso de Minas Gerais, regula um dos mais importantes estados da Federação. Trabalho que possui profundas raízes no tempo. O deputado depara-se com situações jurídicas estabelecidas há décadas, políticas públicas implementadas há anos, decisões assumidas ao longo da história do Estado. Quando chega, encontra a Assembléia trabalhando e conhece de perto as realidades do Estado, com o que amplia sua visão de mundo e aprimora sua capacidade de julgamento. Enfim, modifica a impressão que trazia acerca do Estado. Dir-se-ia que aprendendo na Assembléia o que é ser deputado estadual é que o eleito torna-se deputado. Nesse sentido, ingressa num tipo de instituto, numa espécie de academia. Observar as áreas de atuação das comissões permanentes contribui para se perceber como a Casa Legislativa funciona antes da posse do deputado e em torno de seu mandato.

Mesmo disposto, por exemplo, a mudar sistemas em prol de melhor distribuição de renda, o eleito inscreve seu nome no conflito entres os seus anseios e os do Estado, a sua ideologia e a cultura do povo mineiro, que, de muitas formas, expressa-se por meio de suas instituições. Pode ser que, nesse momento, ele

Figura 1 – Organograma – estrutura da ALMG.

Figura 2 – Organograma das comissões permanentes da ALMG

entenda não ser delegado (mandato vinculado) do povo mineiro e, sim, seu representante (mandato livre), ocupando cargo no Legislativo, um dos poderes do Estado.

O eleito toma posse para ajudar na continuidade do Projeto Minas Gerais. Talvez, nesse mesmo instante, tome consciência daquilo que pode ou não fazer, apesar de toda a sua boa vontade. E vê evaporarem-se suas promessas de campanha ao associar-se a trabalho que vem sendo encampado por gerações de mineiros. Tal cenário controla as mudanças, dificultando as de caráter radical e/ou repentino; a resistência atenua-se, no entanto, perante aquelas que resultam de articulação e amadurecimento cautelosos.

Há pouco, perguntou-se: eleito, cadê o representante? Hora, portanto, de perguntar: depois de votar, cadê o eleitor? Uma das questões já foi respondida acima: não raro, ele estabelece uma relação, fundada em pedidos dirigidos ao parlamentar.

4. Clientelismo, paternalismo e patrimonialismo

Hora, pois, de se identificar, na relação entre povo brasileiro e suas lideranças políticas, os elementos estruturais que vinculam governados e governantes, cujas famílias permanecem, ao longo de gerações, nas rédeas do comando. São os *senhores do poder*, cuja força e/ou autoridade fundam-se em espessas raízes culturais. Dentre essas – plantadas na vida nacional, alimentando o imaginário popular em torno da figura do político, tornando-se, na República, o núcleo da relação entre *eleitor* e *representante* –, destacam-se três. Duas refletem linhas de conduta: *clientelismo* e *paternalismo*. A terceira, *patrimonialismo*, traduz o ambiente político de atuação daqueles comportamentos. Eis, portanto, o ternário "*magnun"* onde encontrar um modo de compreender o *pedido*.

4/1. Clientelismo

Clientes são, antes de tudo, personagens de sociedades tradicionais.

Em Roma, *clientela* representa a relação de dependência político-econômico-familiar entre sujeitos de *status* diversos. De um lado, o "*patronus"*, que "protege seus clientes, defende- os em juízo, testemunha a seu favor, destina-lhes as próprias terras para o cultivo e seus gados para criar". De outro, o *cliente*, que retribui os favores, "mostrando submissão e deferência, obedecendo e auxiliando de variadas maneiras o "*patronus"*, defendendo-o com armas, testemunhando a seu favor ante os tribunais e, quando necessário, prestando-lhe ajuda financeira". (MASTROPAOLO, 1999, p.177).

Como não declinar imediatamente? De um lado, o *representante político*, que protege; de outro, o *eleitor*, que retribui… com seu voto. Nas entranhas, o Estado brasileiro prefere manter imensa parcela da população em estado de dependência a negociar, na esfera democrática, mudanças nas relações de poder. Se, porventura, há setores que desejam modernização, deparam-se, no entanto, com tradições até agora intransponíveis que mantêm eleitores convictos

de que voto pode ser objeto de negociação. Se for verdade que a política brasileira é *clientelista*, o que este trabalho faz é desvelar, na relação entre *eleitor* e *representante político*, um espelho daquela entre cliente e "*patronus*".

Seria cabível rechaçar a assertiva anterior, afirmando que o clientelismo romano vige em sociedade tradicional, de economia fechada. Que sua organização política funda-se na comunidade doméstica protegida pelo "*pater familias*" e que a comunidade de política estatal é incapaz de tutelar seus membros. Que o encargo de tal tutela é das referidas formações familiares e que esse não é o caso do Brasil, em pleno século XXI. Não é, mesmo.

Portanto, avance-se um passo. Tome-se uma sociedade em transformação. Capitalismo e aparelho político-administrativo centralizado dissolvem no ar o que é sólido. No entanto, vínculos de clientela transfiguram-se em modos de acesso privilegiado ao sistema político. O novo "*patronus*" torna-se elemento de ligação entre autoridade central e clientes, "a quem continua a dispensar proteção e ajuda perante um poder freqüentemente distante e hostil em troca do consenso eleitoral". E, assim, o clientelismo sobrevive, na organização política moderna, na forma de "um outro estilo de clientelismo (…), que envolve os políticos de profissão" (MASTROPAOLO, 1999, p.178). Em primeiro lugar, coloca-os acima dos cidadãos – de onde vem a semelhança com o "*patronus*". Em segundo lugar, concede que o *patronus* moderno, o político de profissão, detenha em seu poder toda a sorte de ajuda pública: cargos, empregos, financiamentos, etc. Em terceiro lugar, cria o outro pólo da relação, o *cliente* moderno, o eleitor, que tem a incumbência de retribuir favores alcançados, por meio, por exemplo, de apoio eleitoral.

Quanto à política brasileira, José Murilo de Carvalho considera que, de algum modo, o clientelismo perpassa sua história.

O conceito, no entanto, deve estar precisamente delineado. Não se confunde, por exemplo, com coronelismo, o sistema político – inventado com base em trapaças entre governo e coronéis para beneficiar a oligarquia rural na Primeira República –, que surge "na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica" (LEAL[11], citado por CARVALHO, 1997). O fato: o federalismo republicano, substituto do centralismo imperial. A conjuntura: a falência de fazendeiros. A figura do coronel e o sistema político que representa desaparecem no Estado Novo. Conforme Carvalho, "os autores que vêem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do País estão falando simplesmente de **clientelismo**." (grifo nosso) (1997, p.3).

> [no meio urbano] as relações clientelísticas [...] dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. (CARVALHO, 1997).

A expressão "serviços públicos", acima, refere-se, por exemplo, a eletrificação de propriedades particulares, abertura de estradas etc.– procedimentos estatais,

11 LEAL, Victor Nunes. (1948), Coronelismo, Enxada e Voto. Rio de Janeiro, Forense.

pois. No entanto, os chefes, muitas vezes, deixam transparecer que dependem de sua interferência…

O conceito de clientelismo deve também ser cotejado com a noção de *mandonismo*. Clientelismo é sistema político; mandonismo é característica da política tradicional.

> Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. (CARVALHO, 1997).

Segundo Carvalho, 1977, o mandonismo implanta-se com o advento das capitanias hereditárias. A forma de divisão territorial da antiga Colônia Portuguesa extingue-se, mas o mandonismo deixa herança em regiões isoladas do Estado brasileiro.

> Temos, assim, três conceitos relacionados, mas não sinônimos, guardando cada um sua especificidade, além de representarem curvas diferentes de evolução. O coronelismo retrata-se com uma curva tipo sino: surge, atinge o apogeu e cai num período de tempo relativamente curto. O mandonismo segue uma curva sempre descendente. O clientelismo apresenta uma curva ascendente com oscilações e uma virada para baixo nos últimos anos. (CARVALHO, 1997, pág.4).

4/2. Paternalismo

A expressão *paternalismo* baseia-se na figura do pai benevolente, que protege filhos menores para traduzir o autoritarismo de uma política social, que, de boa vontade, quer promover o bem-estar do povo, ao mesmo tempo em que exclui a participação do cidadão da solução de seus problemas. O cenário, aqui, é outro. Seu pano de fundo é a luta iluminista, elegendo o Estado paternal como 'inimigo público número um' do Estado liberal. No entanto, este trabalho passa ao largo da polêmica, a fim de manter seu esforço na identificação de contradições que, no seio do Estado moderno, atingem o coração do modelo.

A política paternalista, anunciada acima, por meio de uma de suas máscaras, o assistencialismo, é exercida em favor do povo, exercida de cima para baixo... A política paternalista, dizia-se, chega a Porto Seguro a bordo de naus portuguesas. Nas carências da vida colonial, encontra solo fértil para se firmar. Seu crescimento é de altos e baixos. Mas, uma vez republicana, atinge o apogeu nas sutilezas com que o chefe local usa forças municipais, exerce influência em esferas estadual e federal e torna-se cada vez mais poderoso.

Por vezes, o paternalismo transfigura-se em relações de compadrio, entendidas por Faoro[12] como "generosas, bondosas e sábias", mas que, para Morais de Sousa, não passam de

12 FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato brasileiro. 9. ed. São Paulo: Globo, 1991.

> ... política assistencialista-paternalista (...) adotada pelos chefes, em suas localidades, patrocinada e assegurada pela máquina administrativa local, bem como pelas relações com as esferas mais amplas onde se incluem as políticas públicas demandadas no município. (SOUSA, 2004).

Sousa baseia-se em Leal[13], para quem *paternalismo* é o conjunto de "favores pessoais ofertados pela liderança municipal à comunidade local, bem como as relações de compadrio e de amizade que interagem correlatamente com aqueles". Em tempo: compadrio: condição de compadres. No bojo dessa condição: cordialidade, intimidade, companheirismo... Conotações que ajudam a compreender a relação entre *eleitor* e seu *representante*. O que nos remete de volta ao conceito.

Paternalismo comporta, além de compadrio, "favores pessoais". Leal faz questão de precisar a expressão em lista que considera incompleta:

> ... arranjar emprego; emprestar dinheiro; avaliar títulos; obter crédito em casas comerciais; contratar advogado; influenciar jurados; estimular e 'preparar' testemunhas; providenciar médico ou hospitalização nas situações mais urgentes; ceder animais para viagens; conseguir passes na estrada de ferro; dar pousada e refeição; impedir que a polícia tome as armas de seus protegidos, ou lograr que as restitua; batizar filho ou apadrinhar casamento; redigir cartas, recibos e contratos, ou mandar que o filho, o caixeiro, o guarda-livros, o administrador ou o advogado o façam; receber correspondência; colaborar na legalização de terras; compor desavenças; forçar casamento em casos de descaminho de menores, enfim uma infinidade de préstimos de ordem pessoal, que dependem dele ou de seus serviçais, agregados, amigos ou chefes. (LEAL, 1976, p. 38).

A relação é importante, pois representa o *pedido* em sua explícita materialidade, cujo tom traduz a crueza e crueldade das relações sociais no Brasil. A diversidade presente na lista acima fundamenta-se nas malhas do paternalismo: jogo de "favores pessoais". A prática mantém-se pujante na sociedade de massa, sob o jugo da atração por bens materiais. Ainda vale a observação de Tocqueville[14] (citado por MATTEUCCI, 1999, p. 909) quando identifica sobre a multidão de homens semelhantes e iguais:

> ... um poder imenso e tutelar que se encarrega, por si só, de lhes assegurar o desfrute dos bens e de vigiar sobre a sua sorte. É absoluto, minucioso, sistemático, previdente e brando. Assemelhar-se-ia à autoridade paterna se, como esta, tivesse por fim preparar o homem para a idade viril, mas não procura senão prendê-lo irremediavelmente à infância.

Bastaria a alienação política para colocar "*sub judice*" o paternalismo; no entanto, Tocqueville sabe levantar contra ele a acusação definitiva ao retratar um Estado que subtrai do indivíduo "todo o tédio de pensar, toda a canseira de viver". (TOCQUEVILLE, citado por MATTEUCCI, 1999, p. 909).

---

13 LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

14 TOCQUEVILLE, Alexis de . Da Democracia na América. Rio de Janeiro: Bibliex Cooperativa. 1998.

4/3. Patrimonialismo

O conceito de patrimonialismo está ligado a Weber. Refere-se a sociedades tradicionais, sem divisão nítida entre esferas pública e privada. Nesse caso, demonstra "o domínio privado de governantes e funcionários sobre o governo mediante a não-separação entre o tesouro do Estado e o de seu monarca ou de seu corpo funcional – separação esta em que se apóia a forma burocrática moderna" (MARTINS, 1997, p. 171). Nos estados cuja transição da dominação monárquica, de caráter autocrático, para o estado moderno centralizado dá-se sem diretrizes liberal-democráticas de uma revolução burguesa, o patrimonialismo neles existente resulta da persistência do esquema anterior. Em estados burocrático-autoritários, seria possível identificar um neopatrimonialismo para reconhecer uma forma de dominação política com base no patrimonialismo tradicional, implantada em um sistema normativo moderno, parecido com o de dominação racional-legal, de Weber.

José Maurício de Carvalho acompanha a interessante tentativa de Vélez Rodríguez[15], a de atualizar a noção de estado patrimonial. Para tanto, sob a alegação de que Weber elabora o conceito para compreender a Rússia e o Leste Europeu de seu tempo, reduz a posição weberiana, fazendo-a corresponder a sociedades fechadas e de características familiares. Assim compreendido, o patrimonialismo refere-se ao fato de o soberano organizar o poder político de forma análoga a seu poder doméstico.

Por outro lado, preocupado em analisar circunstâncias ibero-americanas sob a ótica do patrimonialismo, Antônio Paim associa as reformas pombalinas ao projeto modernizador do patrimonialismo brasileiro.

Por seu turno, Wanderley Guilherme dos Santos (1988, p. 114) percebe no patrimonialismo uma vertente modernizadora de instituições políticas, notadamente liberais, e fundada na crença de que desenvolvimento planejado ou sistemático do grupo social é possível, cabendo ao Estado o papel de agente desse desenvolvimento.

Apesar de interessantes, as elaborações acima ou parecem cunhadas para utilização no estudo dos objetos de pesquisa de seus formuladores – e, talvez por isso, sua aplicação aqui seja inadequada –, ou restrinjam sua importância à abordagem de casos de macropolítica. Em face disso, considera-se, aqui, que patrimonialismo é a atmosfera na qual o ocupante do poder coloca bens públicos à disposição da satisfação de seus interesses privados, particulares. O patrimônio – daí o uso do termo *patrimonialismo* – público é utilizado como se fosse patrimônio privado da pessoa que, em função de circunstâncias, está no poder.

4/4. Clientelismo, paternalismo e patrimonialismo no universo do *eleitor*

Agora, é preciso trazer as fronteiras conceituais, traçadas acima, para perto do pedido do *eleitor*.

15 RODRIGUES, Ricardo Vélez. Oliveira Vianna e o poder modernizador do Estado Brasileiro. Londrina: ed. UEL, 1997, p.22.

Por um lado, a relação entre *eleitor* e *representante político* assume as características a seguir, na medida em que o primeiro pede, confiando em marcas culturais garantidoras de que em algum lugar da República:

> – exista alguém superior a ele, o *representante político*, com poder para lhe conceder benefícios públicos em troca de seu [do *eleitor*] apoio político, sobretudo na forma de voto – o que lhe confere **caráter clientelista**; e
>
> – seja possível participar de um jogo caracterizado pela troca de "favores pessoais", por favores eleitorais e do qual o *representante político* participa, imbuído do ânimo paternal de proteger – o que marca tal relação com **traço paternalista**.

Por outro lado, na mesma relação, há um indivíduo que, na função de político profissional, utiliza em seu benefício a administração, contaminando a atmosfera política com **marca patrimonialista**. Nessa atmosfera, o *eleitor* identifica um clima de facilidades, de complacências, de permissividades. Mesmo sabendo não ser dela o usufrutuário, o *eleitor* arrisca pedir. A quem? A alguém que, em uma ou em outra situação, apropria-se do patrimônio público como se privado fosse. O que parece interessar ao *eleitor* é se vincular à face transgressora do agente público para, quem sabe, aproveitar-se de rebarbas como possível beneficiário.

Caráter clientelista e *traço paternalista*, reconhecidos como fundamentos das relações entre e*leitor* e *representante*, somados à *marca patrimonialista*, identificada à atmosfera da política nacional, revelam um quadro lastimável da realidade brasileira. Lastimável porque, ao comprometer o voto, sufoca no *eleitor*, o exercício da liberdade política e, ao propor solução de problemas individuais e/ou sociais com métodos à margem da impessoalidade do sistema, aliena tanto um como outro – *eleitor* e *representante* – do plano da democracia.

> Sou […] pai de três filhos. Em conversa com a esposa, procurando serviço alternativo para ajudar nas finanças do dia-a-dia, pensamos em tudo: bar, confecção, lanchonete, porém já se encontram instalados nesta cidade. Foi quando veio a idéia de tentar implantar uma unidade lotérica, já que cidades do porte e até menores já possuem este empreendimento.
>
> Então fomos à luta e procuramos a Caixa Econômica Federal e, conversando com o gerente, ele relatou que todo o processo de implantação da lotérica é via licitação, mas no momento não existia nenhum edital para nossa cidade. Porém, o gerente nos confidenciou que com ajuda de um político (deputado) eu conseguiria um edital de licitação para aquela cidade.
>
> […] venho a vossa excelência para que intervenha junto ao presidente da Caixa Econômica Federal para que este edital seja publicado.
>
> Conhecedor da sua importância para Minas Gerais na Assembléia Legislativa, nossas saudações.[16]

> Peço desculpa por tomar o vosso tempo para falar de assuntos particulares, pois eu tenho consciência que o trabalho dos senhores Deputados é para a coletividade do povo em geral e não para problemas particulares, no entanto, há casos que temos que recorrer a um ombro amigo para tentar solucionar problemas, digo ombro amigo porque apesar de não ter contato com V. Exa. tenho conhecimento do trabalho do Sr. […].[17]

16 Carta 6.

17 Carta 7.

> É com o coração consternado e abismado que viemos, através dessa, manifestar nossa indignação com o descaso demonstrado pelo senhor diante de nossa solicitação, feita por meio de nosso ofício anterior, no qual solicitávamos sua parceria no sentido de providenciar (....)
>
> Acaso a população de nossa região deixou de comparecer as urnas na última eleição? Deixamos de prestigiá-los? Cometemos qual crime, além do de nascermos pobres?
>
> Com sua licença e com a certeza de que por mais injusto que sejamos, ainda assim, temos razão ao reclamar, gostaríamos de perguntar a vossa senhoria o seguinte: se vossa senhoria ou seus antepassados, não tivessem recebido do povo ingênuo, e esperançoso no futuro, os mandatos públicos, acaso estaria empregado e recebendo o salário que recebe?[18]

A primeira das cartas acima apresenta o *caráter clientelista* das relações *eleitor-representante* em sua manifestação mais comum – o uso da influência do "*patronus"* na proteção do cliente: "… o gerente nos confidenciou que com ajuda de um político (deputado) eu conseguiria um edital de licitação…" (…) "… venho a vossa excelência para que intervenha junto ao presidente da Caixa Econômica Federal para que este edital seja publicado". Surpreende como a prática difunde-se no imaginário do cidadão, no qual o gerente citado é produto legítimo: "o gerente nos confidenciou que com ajuda de um político"…

A segunda carta revela um cidadão consciente de que "… o trabalho dos senhores deputados é para a coletividade do povo em geral e não para problemas particulares…". O sobressalto advém quando aparece o *traço paternalista* das relações estudadas, pois, conforme esse *eleitor* "… há casos que temos que recorrer a um ombro amigo para tentar solucionar problemas…" Onde se lê 'amigo', poderia estar escrito, entre outros, termos como ombro companheiro, compadre, colega, parceiro, camarada, chapa, irmão – em expressão de indiscreta fraternidade.

A terceira missiva apunhala o deputado com pergunta de crueldade desmedida: "se vossa senhoria ou seus antepassados, não tivessem recebido do povo ingênuo, e esperançoso no futuro os mandatos públicos, acaso estaria empregado e recebendo o salário que recebe?" A referência a 'salário' tangencia a legalidade do que o parlamentar recebe do Estado – seus emolumentos. O ponto torna-se delicado, quando, em laivo de imaginação – atitude perigosa para a ciência, mas estimulante para o exercício do pensar – , poder-se-ia complementar as perquirições do *eleitor*, por exemplo, do seguinte modo: "… acaso estaria empregado e recebendo o salário que recebe", gozando das benesses que o cargo lhe confere, incluindo a possibilidade de, dependendo do rigor com que vossa excelência lida com a coisa pública, apropriar-se dela?" Se esse for o conteúdo latente dessa carta, eis a *marca patrimonialista* da cultura política brasileira, manifestada, no caso, de forma que fosse mais sutil possível.

Conceitos, hipóteses, exemplos, análises e conclusões acima são próprios do microcosmo da relação entre *eleitor* e *representante político*. Sua validade depende de serem identificados em universo mais amplo, no macrocosmo da sociedade

18 Carta 8.

brasileira. É necessário generalizá-los, percebendo-os como espécie de relação de poder, apreendendo-os como gênero de estrutura política. A tarefa volta-se, portanto, para a formação política do Brasil, para descobrir a gênese do processo de construção de sua identidade: a ética lusitana, representada, aqui, por meio de três de suas faces. A primeira, a do português e sua herança clientelista, com base em Emanuel Araújo. A segunda, a do português como homem cordial, pai do paternalismo, com suporte em Buarque de Holanda. A terceira, a do português e sua marca patrimonialista, com base em Martins.

5. Das éticas lusitanas

5/1. Quinhentos anos de clientelismo

A base da população brasileira colonial é de gente que, pressionada por dificuldades financeiras, e afasta-se da Corte. Pede a el-rei uma chance de melhorar de vida, obtém o favor, dirige-se à colônia. Segundo Emanuel Araújo, no século XVI:

> Grassava o clientelismo. Sobretudo os altos funcionários vinham servir no Brasil trazendo mulher, filhos, parentes, afilhados, escravos, criados, amigos, amigos de amigos e protegidos de forma geral. Todos ávidos de cargos. Bons cargos, naturalmente. (ARAÚJO, 1997, p. 284).

"Todos ávidos de cargos. Bons cargos, naturalmente." Eis os pedidos dos *clientes* de el-rei: função ou emprego público. O Brasil é meio natural de se fartar, logo, pede-se de todo jeito, sem sombra de escrúpulo. Pede quem pode, claro. Mas, à ânsia de quem pede, corresponde a boa vontade daquele que dá. Boa vontade e fundos, pois qual o tanto de terra que se dispõe a dar? Um continente. E a porção de madeiras, de pau-brasil? Por enquanto, uma Mata Atlântica. Inexiste, nisso, novidade.

"Todos ávidos de cargos", desde o Tejo. Quantos deles atravessam o Atlântico sem atenção à plenitude do azul? Quantos, sedentos de poder imediato, de riqueza fácil, nem percebem os rasgados tons equatoriais? Impulsionados a devorar, quantos se dão conta de que as liberdades aéreas são umas, e outras, as durezas marinhas? Avaros, cobiçosos, talvez ignorem as armadilhas do Atlântico, pois, no centro das águas, o azul é esmaiado pela faina da viagem; no horizonte, é infinito, carregado de esperanças.

Pedido satisfeito, o ex-cliente assume o cargo, torna-se patrão, instala seus protegidos e coloca-se à disposição de futuros clientes. Sem abandonar o hábito lapidado em Lisboa, continua a pedir a seus superiores, numa espécie de vassalagem em que o pequeno pede ao médio que pede ao grande, este ao gigante, que, por sua vez, pede ao maior de todos.

Padre Vieira (citado por ARAÚJO, 1997, p. 284) critica, por volta de 1640, o pragmatismo reinol: "Nunca tantas mercês se fizeram em Portugal como neste tempo; e são mais os queixosos que os contentes. Por que? Porque cada um quer tudo."

Gregório de Mattos satiriza o sistema, ataca a corrupção de governadores. Seus poemas, destinados ao populacho, são copiados e, na segunda metade do séculos XVII, circulam de mão em mão por toda a cidade.

Pode haver maior milagre
(ouça bem quem tem ouvidos)
do que chegar um reinol
de Lisboa ou lá do Minho,
ou degredado por crimes,
ou por moço ao pai fugido,
ou por não ter que comer
no lugar onde é nascido,
e saltando no meu cais
descalço, roto e despido,
sem trazer mais cabedal
que piolhos e assobios
(...)
se põe em tempo breve
com dinheiro e com navios?
(MATTOS, citado por ARAÚJO, 1997, p. 316).

Nos séculos seguintes, o ânimo de pedir não arrefece no coração do Império e da República. Mas é preciso avançar com calma, pois a trama é complexa e, se seus fios parecem como que fundidos; o esforço consiste, então, em tentar apontar-lhes o início, as fontes de onde brotam.

5/2. Quinhentos anos de paternalismo

Sérgio Buarque de Holanda fala dessas pessoas como gente que, na terra natal, não tem ocupação determinada e fixa. São… aventureiros. Mas constroem comunidades ricas em relações solidárias, considerando-se que tais manifestações têm lugar adequado: o círculo de amigos, de familiares e de pessoas muito íntimas. "[...] a solidariedade, entre eles [os portugueses], existe somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse – no recinto doméstico ou entre amigos" (HOLANDA, 1992, p. 39). Querem negociar, ascender socialmente, mas não aceitam se relacionar com qualquer um.

O português desenhado por Buarque de Holanda é o homem que, desde o século XIV, freqüenta praias africanas, amestiça-se e, com isso, ganha maleabilidade e calor humano. Daí o sujeito profundamente afetuoso com os que lhe são próximos, protetor de quem o cerca. Que, na parceria, quer fidelidade, companhia. Pois, mais do que lhe diz a necessidade ou a razão, importa-lhe o que sente. Atribuir-lhe interesse individual puro e simples? Impossível, pois recusa alianças com desconhecidos, mesmo que isso constitua bom negócio. É essa capacidade de sentir afeição, de gostar de alguém, que deve se ter como fundamento da sociabilidade portuguesa. As edificações que se lhe erguem por cima são relações paternalistas.

É esse português que, segundo Buarque, vem d'além mar e que, aqui, ganha terras e se torna senhor de engenho. Ao lado do negro africano, nas terras quentes e litorâneas do Nordeste, produz açúcar – riqueza que, afinal, prende-o ao novo continente. O engenho é centro produtivo. Ao mesmo tempo, é núcleo isolado formado por grupo restrito de pessoas: a família do senhor, seus agregados e um ou outro mais próximo. O isolamento embaraça seus moradores em fortes laços biológicos e afetivos. Os dois traços (centro produtivo e núcleo isolado) engendram um terceiro: engenho é, além disso, lugar com foros de auto-suficiência, no qual seus moradores encontram amor e trabalho, sustento e família, necessidade e satisfação. "O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, bastava a si mesmo" (HOLANDA, 1992, p. 80). Nesse meio, o português firma a relação paternalista, entendida como relação social construída com base na atitude de quem, a partir da própria capacidade de gostar de alguém, considera- se e, de fato, torna- se protetor de quem o cerca.

Nesse contexto, relações políticas baseadas em racionalidade encontram pouco espaço. Tudo é familiar demais e, para o *homem cordial*, construir relações tem um sentido: o sentimento. O risco é que cordialidade pode representar, inclusive, violação de princípios civis fundamentais para a organização de um estado.

No século XIX, segundo Holanda, o engenho de açúcar entra em decadência. O Estado oferece cargos burocráticos à aristocracia açucareira. A elite agrícola transfere-se para a cidade, isto é, invade o meio urbano com sua mentalidade cordial, povoa-o com seu modelo familiar e patriarcal. A cidade, nascida com a vocação de espaço público, ícone do Estado moderno, é, paradoxalmente, dominada pela esfera privada, de caráter rural, que a mantém subordinada ao campo. A mentalidade moderna não encontra espaço no Brasil novecentista. Controlado pela economia agrário-exportadora, o imperador não se livra das mãos da aristocracia. O Estado não se firma. A ordem capitalista-industrial não se instala. Em benefício de interesses particulares, parlamentares permitem que, outra vez, a esfera privada invada a pública, em detrimento do debate em prol de interesses gerais.

Presente desde sempre na história do Brasil, o paternalismo ganha novo fôlego e sentido mais profundo com a política populista de Getúlio Vargas. Segundo Weffort, a estrutura política do País, quando Vargas assume o poder, já não é dominada exclusivamente pela oligarquia cafeeira, como no período imediatamente anterior.

> Encontramos (...) uma situação em que nenhum dos grupos (classes médias, setor cafeeiro, setores agrários menos vinculados à exportação) detém com exclusividade o poder político. Esta circunstância de compromisso abre a possibilidade de um Estado, entendido como um órgão (político) que tende a afastar-se dos interesses imediatos e a sobrepor-se ao conjunto da sociedade como soberano. (WEFFORT, 1980, p. 50).

É nesse cenário que surgem as massas populares urbanas, segundo Weffort, a "única fonte de legitimidade possível ao novo Estado brasileiro"; o movimento revolucionário de 1930 precisa, para se manter, tornar-se "receptivo às aspirações populares" (WEFFORT, 1980, p. 50). Favorável à classe operária, o

governo apresenta-se como pai benevolente que protege como filhos menores os trabalhadores e as trabalhadoras do Brasil. Ao paternalismo soma-se o autoritarismo da política social varguista, que, de boa vontade, quer promover o bem-estar do povo: Lei de Sindicalização (1931), Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (1943)[19], aumento de salário e distribuição de bônus. As medidas conquistam o apoio das massas e anulam a ação da esquerda na luta pelo controle do operariado.

Mantido no poder pela complexa rede social acima descrita, Vargas, segundo Weffort, reconhece a identidade política da classe trabalhadora. E o faz abertamente. Convoca-a a participar de sindicatos sancionados pelo Estado. Discurso após discurso, apela para que os brasileiros evitem conflitos de classe e atuem com espírito de *conciliação* para o bem geral. A postura permite que Estado e povo reconheçam-se mutuamente. Em sua luta para se aproximar do povo, Vargas encoraja os trabalhadores a lhe escreverem diretamente, relatando-lhe problemas a respeito dos quais o presidente tece considerações particulares.

Segundo Joel Wolf, na leitura de cartas enviadas a Vargas, chama atenção o grande número delas contendo pedidos de todo tipo de ajuda. Nada a estranhar, pois, desde tempos coloniais, que será daquele que, diante de agruras da vida, não sabe pedir? Evocando a reputação do presidente como "pai dos pobres", trabalhadores narram seu drama particular de dificuldades e pedem ajuda para financiar a educação de filhos matriculados em escola privada, solicita-se regulamentação de direitos trabalhistas, pede-se pavimentação de ruas, roga-se por aplicação de leis… Vargas responde como pode: ordena investigar denúncias de abusos, encaminha pedidos de obras e chega a dar alguma assistência financeira. Qualquer atendimento, embora esparso e atingindo pequena parcela de trabalhadores, é alardeado pelos agraciados.

5/3. Quinhentos anos de patrimonialismo

Essa gente, – essa gente que se acabou de conhecer, por intermédio de Araújo, Padre Vieira, Gregório de Mattos, Buarque, Weffort e Wolf – que veio para o Brasil, constrói, com sua face mesquinha e sua face cordial, relações com forte traço paternalista e, além disso, ergue um ambiente *patrimonialista* entre cidadão e Estado.

Na Colônia, o *cliente* torna-se *patrão*. Perante o do Estado, considera que a coisa pública é sua, para seu uso e abuso. Por afeto, sente que são seus os bens dominicais. Por interesse, acha natural colocar o poder público para facilitar-lhe negociações privadas. Por tradição, envia o estafeta, pago pelo Estado, para entregar mensagem de conteúdo pessoal. É, sim, despesa pequena, mas paga pelo patrimônio público. Ora, de grão em grão…Em outros momentos, interfere em projeto para que fique congruente com sua necessidade. Agora, o ataque à intimidade do Estado é mais danoso, prejudicial às relações com a sociedade. Ora, de vantagem em vantagem… fica parecendo

19 A CLT garante estabilidade no emprego, depois de dez anos de serviço, descanso semanal, regulamentação do trabalho de menores, da mulher e do trabalho noturno; cria a Previdência Social, institui a carteira profissional para maiores de 16 anos; e, atendendo a uma antiga reivindicação de trabalhadores brasileiros, fixa a jornada diária de trabalho em 8 horas.

que o Estado existe para potencializá-lo como pessoa. Segundo Araújo, na América, "as coisas podiam não ser tão sutis" (1983, p. 289). Eis o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, delatando, em 1755, a atuação dos administradores lotados em sua província:

> Eu os tenho por dois grandes velhacos que nunca cuidaram senão em fazer o seu negócio, arruinando toda a pessoa que puderam para o conseguir, e ultimamente eu não fiara deles coisa alguma, porque certamente não haveriam de cuidar em outra coisa mais que no seu proveito particular. (AMAZÔNIA[20], citado por ARAÚJO, 1983, pp. 289-290).

O comentário de Araújo é lapidar, erigindo o conceito de patrimonialismo de forma monumental. "O problema, tal como o via, estava justamente aí: **no proveito particular em detrimento – e a qualquer custo – da coisa pública**." (ARAÚJO, 1993, p. 290). (Grifo nosso).

A mudança da Corte para o Brasil, em 1808, provoca uma espécie de inversão de pólos, pois o Império português passa a decidir a partir do Rio de Janeiro. Extingue, na prática, o "pacto colonial". Acrescenta um caráter inusitado ao movimento emancipacionista, pois, agora, o Brasil é reino e Reino Unido a Portugal e Algarves. Há outro desdobramento, adjacente à vinda da Coroa para a linha do trópico de Capricórnio. A bordo, viajando na primeira classe, às expensas do erário, está a administração pública portuguesa, habituada a irregularidades e vícios e herdeira de um sistema de privilégios.

> Tudo se concentrou, no primeiro golpe, em situar no mundo político e administrativo os fugitivos desempregados, colocando-lhes na boca uma teta do Tesouro. Os fidalgos de alta linhagem, os que dispunham de meios próprios de vida, não acompanharam, senão excepcionalmente, o regente (...) Vinham a seguir a chusma de satélites: monsenhores, desembargadores, legistas, médicos, empregados da casa real, os homens do serviço privado e protegidos de D. João. Eram os vadios e parasitas, que continuariam no Rio de Janeiro o ofício exercido em Lisboa: 'comer à custa do Estado e nada fazer para o bem da nação'. Organizar o império, para o ministério, seria reproduzir a estrutura administrativa portuguesa no Brasil e colocar os desempregados. O eixo da política era o mesmo, secularmente fundido: o reino deveria servir à camada dominante, ao seu desfrute e gozo. Os fidalgos ganharam pensões, acesso aos postos superiores os oficiais da armada e do Exército, empregos e benefícios os civis e eclesiásticos. (FAORO[21], citado por MARTINS, 1997, pp. 173-174).

O exercício de lotear a máquina administrativa, entregando-a em mãos de quem dela se utiliza em proveito próprio, continua em pleno vigor durante o Império e a Primeira República.

Vargas inaugura nova etapa. Quer modernizar o sistema político nacional. Cria, em 1938, o Departamento Administrativo do Serviço Público – Dasp – que, suprindo o quadro de servidores públicos segundo o mérito profissional, separa

---

20 Amazônia – Marcos Carneiro de Mendonça (ed.) A Amazônia na era pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759. 3 vols. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963.

21 FAORO, R. Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre, Rio de Janeiro: Globo, 1984.22 Carta 9.

parcialmente estado administrativo de política. O avanço esbarra na resistência. "As forças tradicionais de índole patrimonialista continuaram latentes e preponderantes tanto na administração pública quanto na política, tornando-se uma bomba de efeito retardado sobre o período pós-Vargas" (MARTINS, 1997, p.176). De 1945 a 1964, as instituições estatais fortificam-se por intermédio de Dutra, Vargas, Juscelino, Jânio Quadros e João Goulart. Em 1964, as Forças Armadas brasileiras intervêm na ordem jurídica, desestabilizam a vida civil, implantando na esfera política uma ditadura sem precedentes na história da República. No âmbito da máquina estatal, no entanto, o regime militar moderniza o funcionamento da administração pública, impedindo-a de participar de relações promíscuas com a política. Mas nem assim; mesmo sob o jugo de censura, perseguição, tortura, etc., a tradição patrimonialista do Estado brasileiro sobrevive.

> Se o desenho institucional tecnocrático implementado pelo regime militar, embora dicotomizante, por um lado, insulou o Estado do patrimonialismo oriundo da política, por outro, não logrou preservá-lo da influência patrimonialista tecnocrática, que, através de formas como a dos anéis burocráticos e estratégias de ganhos crescentes auto-orientados (*rent seeking*), manteve acesa a chama da cultura patrimonialista. (MARTINS, 1997, p. 179).

A fase seguinte é chamada de *Nova República*. Impotente diante de irregularidades herdadas do modelo tecnocrático e vítima da política patrimonialista, a administração pública deteriora-se. Segundo Martins, concomitantemente à transição política, há transição do poder patrimonial, "em que as alianças que suportavam os anéis burocráticos passariam por uma revisão política" (1997, p.179). Nesse cenário, a *Nova República* marca-se pela crise político-econômica que, conforme as diretrizes daquele momento, obriga o País a suportar ajustes em ambos os setores. Desarticulam-se os avanços alcançados nas políticas públicas de períodos anteriores. O ataque é tão profundo que o processo poderia ser denominado "desmodernização" da máquina administrativa brasileira. Sarney promove políticas sociais, isto é, tenta implantar um *Estado Social*, que não vinga, pois, efetivamente, a reforma não alcança a administração. O governo Collor fecha-se ao debate político e, autoritariamente, implementa uma reforma administrativa. O lema da moralização do serviço público rui com base em de evidências de privatização do Estado em meio à, até então, maior prática patrimonialista da história da República, com o esquema PC Farias. Itamar Franco reverte a reforma administrativa de Collor e reorganiza a macroestrutura governamental. A aliança patrimonialista resiste, pela via do corporativismo. Politizando-se, o serviço público conquista privilégios próprios de estamento, categoria e classe social. (MARTINS, 1997, pp. 179-180).

Os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso são marcados por privatizações de estatais, apesar de reclamos da sociedade e de ações na Justiça. A dilapidação do patrimônio público, sem consulta à vontade popular, é uma estupenda expressão de patrimonialismo. Por fim: Luís Inácio Lula da Silva, José Dirceu, Delúbio Soares, José Genoíno etc. Sem comentários, pois a decepção do povo brasileiro, em face da postura antiética de parcela do sindicalismo nacional e a colossal face patrimonialista da cúpula do Partido dos Trabalhadores assentada no poder, não é passível de ser expressa nas dimensões deste trabalho.

5/4. Faz de conta

Existe, pois, um permanente e persistente "*ethos*" *clientelista* e *paternalista* que se desenvolve imerso na ambiência *patrimonialista* da administração pública brasileira. *Clientelismo*, *paternalismo* e *patrimonialismo* estruturam uma cultura do pedir, na qual atuam nossos atores principais: o *eleitor* e o seu *representante*. Os dois estabelecem entre si uma relação com ares de *faz-de-conta-que-é-legítimo* que se apóia em três pontos:

• o do *eleitor*, que pede com ânimo de *cliente – ânimo clientelista*, portanto, de quem arrisca com jeito de "se não for atendido, bem; se for, melhor";

• o do *representante*, que, como pai, como símbolo do *paternalismo*, conhece o ânimo daquele que pede; e,

• a de uma mentalidade *patrimonialista* que justifica, para um e outro, a reciprocidade do faz-de-conta.

> Como todo pai de família há muito venho tentando realizar o sonho de sair do aluguel e construir a minha própria casa, conseguindo, assim, proporcionar mais conforto e segurança para meus familiares.
>
> Na cidade onde trabalho e de onde sou natural, descobri, após consulta à prefeitura, um terreno do estado que se encontra abandonado há mais de 30 anos. Ficaria eternamente grato se o senhor encontrasse uma maneira em que o Estado de Minas Gerais pudesse me doar ou vender o referido terreno facilitando a forma de pagamento, uma vez que o mesmo está abandonado e não possui nenhuma utilidade para a União, mas que seria de grande utilidade para mim e meus familiares, pois seria o início de um sonho que começa a se concretizar.
>
> Certo de que V. Exa. fará tudo que estiver ao seu alcance para me ajudar, antecipadamente vos agradeço e ansiosamente aguardo resposta. [22]

6. DOS PEDIDOS

A identificação daquilo que o *eleitor* pede a seu *representante político* obedece aos seguintes procedimentos: *levantamento estatístico* e *lista*.

O *levantamento estatístico* utiliza a base de dados do Sistema de Apoio Parlamentar (Sisap), da ALMG e refere-se ao período de seis anos, de janeiro de 1999 a dezembro de 2004. A escolha do intervalo justifica-se, pois registra fenômenos relativos a uma campanha eleitoral (no caso, a da eleição de 2002, para deputado estadual, em Minas Gerais), hipoteticamente entendida como ocasião específica da relação entre *eleitor* e *representante político*.

6/1. De janeiro de 1999 a dezembro de 2004, 46.156 pedidos

De janeiro de 1999 a dezembro de 2004, foram encaminhados aos gabinetes dos deputados pesquisados 46.156 pedidos, conforme tabela 1:

[22] Carta 9.

Tabela 1

Distribuição de pedidos, por ano,
recebidos de janeiro de 1999 a dezembro de 2004

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Total
Nº. de pedidos	5.348	6.091	7.093	10.827	8.994	7.803	46.156
%	11,59	13,20	15,37	23,46	19,48	16,90	100,00

Fonte: Base de dados dos gabinetes dos deputados Antônio Genaro, Antônio Júlio, Dilzon Melo, Ermano Batista, Mauri Torres e Sargento Rodrigues.

Gráfico 1 – Distribuição de pedidos recebidos, conforme seu objeto.
Fonte: Base de dados dos gabinetes dos deputados Antônio Genaro, Antônio Júlio, Dilzon Melo, Ermano Batista, Mauri Torres e Sargento Rodrigues.

Os dados do gráfico 1 indicam média anual de 7.693 pedidos, com pico de crescimento no ano eleitoral de 2002.

Em 2002, ano de eleição, o total corresponde a 53% de aumento em relação a 2001. Esse resultado confirma a hipótese de que campanha eleitoral é uma ocasião peculiar da relação entre *eleitor* e *representante político*. Talvez, em função de o *eleitor* perceber o valor de seu voto, ano eleitoral torna-se, pelo que se vê, chance para a prática do pedir assumir sua expressão mais aberta e franca. Nos termos de um dos *eleitores*: "Eu confio em você como você confia no meu voto."[23]

O número de pedidos em 2003 é 27% maior do que o de 2001. Isso pode estar vinculado ao interesse do *eleitor* em apresentar a conta ao deputado eleito, pois 2003 é o primeiro ano da legislatura. Os dados surgem com tal nitidez que parece sugerir a conclusão: em 2002, o *eleitor* pede, aproveitando a oportunidade da campanha e das promessas que lhe caracterizam; em seguida, em 2003, volta a pedir, agora ao candidato eleito, como quem pede em troca, seguindo a tradição clientelista, paternalista e patrimonialista da cultura brasileira.

23 Carta 10.

6/2. Pedidos e seus objetos

A relação de pedidos surpreende pela diversidade de seus objetos e, com boa dose de probabilidade, reflete a realidade social, política e econômica do Estado. Em face da variedade de tipos de pedidos, eles estão organizados em grupos. (v. tabela 2).

Tabela 2

Distribuição de pedidos, em grupos, por ano

Grupos de Pedidos	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Total	%
Direitos trabalhistas	1099	1670	1988	2557	2530	2391	**12235**	26,51
Emprego	1678	1578	1489	2078	2218	1595	**10636**	23,04
Saúde	1105	1093	1428	1977	1425	1538	**8566**	18,56
Doações diversas	338	581	400	656	771	457	**3203**	6,94
Ajuda financeira	303	406	627	963	518	362	**3179**	6,89
Assistência jurídica	195	130	341	1570	350	406	**2992**	6,48
Educação	155	187	253	384	441	371	**1791**	3,88
Infra-estrutura	255	266	202	248	305	323	**1599**	3,46
Material esportivo	28	54	105	208	162	92	**649**	1,41
Segurança	65	83	198	86	95	110	**637**	1,38
Projeto de lei	42	15	23	71	148	126	**425**	0,92
Casa própria	85	28	39	29	31	32	**244**	0,53
Total	**5348**	**6091**	**7093**	**10827**	**8994**	**7803**	**46.156**	**100**
%	**11,59**	**13,2**	**15,37**	**23,46**	**19,48**	**16,9**	**100**	**-**

Fonte: Base de dados dos gabinetes dos deputados Antônio Genaro, Antônio Júlio, Dilzon Melo, Ermano Batista, Mauri Torres e Sargento Rodrigues.

Grupos de Pedidos

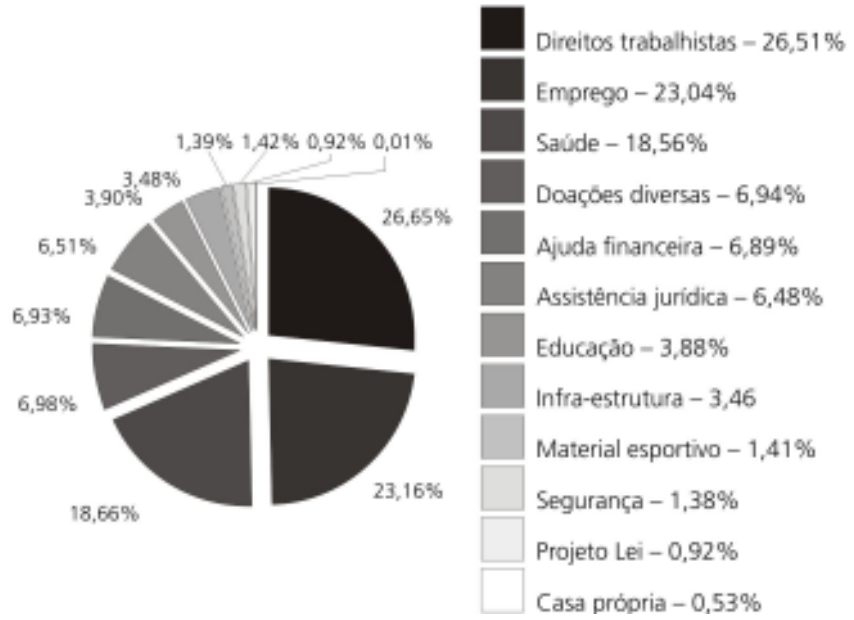
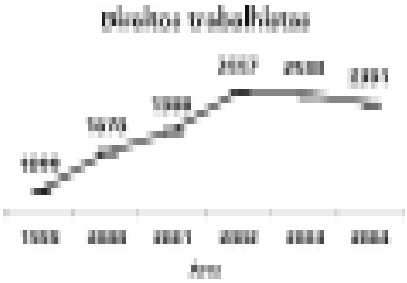
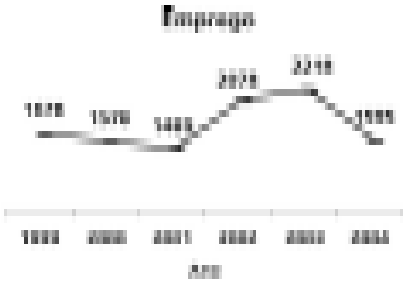


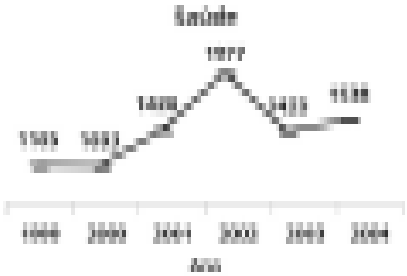
Gráfico 2 – Distribuição de pedidos recebidos, conforme seu objeto.
Fonte: Base de dados dos gabinetes dos deputados Antônio Genaro, Antônio Júlio, Dilzon Melo, Ermano Batista, Mauri Torres e Sargento Rodrigues.

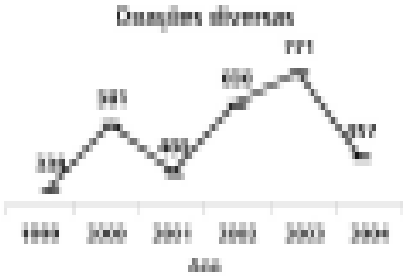
6/2/1. Análise de pedidos agrupados

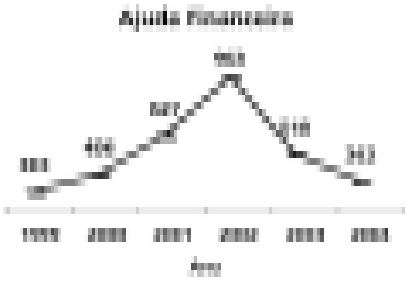
É necessário olhar para cada um dos 12 grupos de pedidos. Os gráficos a seguir refletem cada uma das linhas da tabela 2 e permitem interpretar o desenvolvimento de cada um deles.

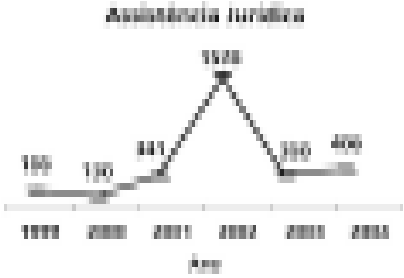


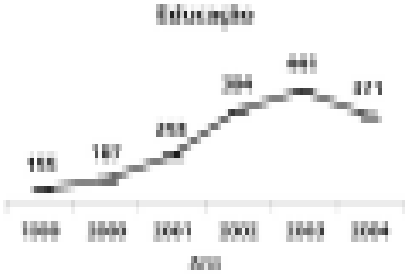


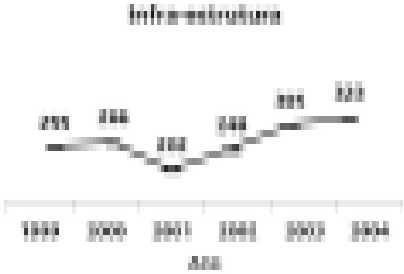


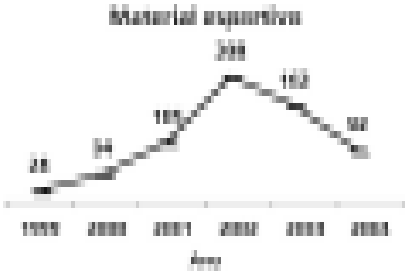


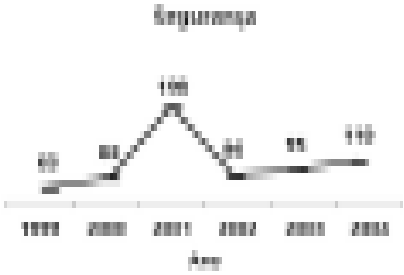


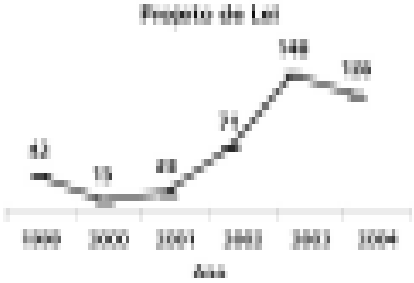


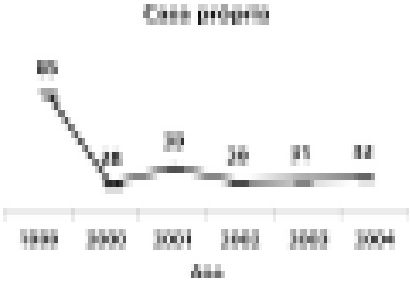












6/2/1/1. Ano de eleição, ano de se pedir... voto e favor: modos

Retome-se à hipótese de que ano de eleição é ocasião específica da relação entre *eleitor* e *representante político*. Assim, se as noções de clientelismo, paternalismo e patrimonialismo aplicam-se à relação em tela, o ano de eleição deve ser aquele em que o sistema de troca de voto por favor e vice-versa apresenta maior vitalidade. Os dados colocam-nos diante de grupos de pedidos em que a hipótese é confirmada e grupos em que não. Na primeira alternativa, a confirmação dá-se de dois **modos**, a saber:

• **plenamente**, pois o ponto referente ao ano de 2002 aparece como pico em suas curvas de desenvolvimento; ou,

• **parcialmente**, pois 2002 traduz aumento significativo no número de pedidos.

Quadro 1

Grupo de pedidos e hipótese do ano eleitoral

Grupos de Pedidos	Hipótese confirmada		Hipótese não confirmada
	plenamente	parcialmente	
Direitos trabalhistas	x		
Saúde	x		
Ajuda financeira	x		
Assistência jurídica	x		
Educação		x	
Material esportivo	x		
Segurança			x
Projeto de lei		x	
Casa própria			x

Apesar de o ano de 2002 não constituir pico em suas curvas de desenvolvimento, os grupos *educação* e *projetos de lei* confirmam **parcialmente** a hipótese pelo fato de que a maior taxa de crescimento que experimentam é, justamente, a que ocorre de 2001 para 2002, conforme quadro 2.

Quadro 2

Taxa de crescimento ano a ano da quantidade de pedidos, por grupos

Grupos de Pedidos	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004
Direitos trabalhistas	52	19	29	-1	-5
Emprego	-6	-6	40	7	-28
Saúde	-1	31	38	-28	8
Doações diversas	72	-31	64	18	-41
Ajuda financeira	34	54	54	-46	-30
Assistência jurídica	-33	162	360	-78	16
Educação	21	35	52	15	-16
Infra-estrutura	4	-24	23	23	6
Material esportivo	93	94	98	-22	-43
Segurança	28	139	-57	10	16
Projeto de lei	-64	53	209	108	-15
Casa Própria	-67	39	-26	7	3

Os grupos *emprego*, *doações diversas* e *infra-estrutura* não comparecem no quadro 2, por apresentarem característica diferenciada, uma vez que, em 2002, suas curvas de desenvolvimento invertem a tendência de queda verificada nos anos anteriores. É como se os fatos sociais geradores desses tipos de pedidos estivessem caminhando, estruturalmente, para sua solução. Se assim fosse, poder-se-ia, por exemplo, dizer que, a partir de determinado momento, não mais haveria pedido de emprego simplesmente por inexistir eleitor precisando dele. E esse fato, evidentemente, não é a realidade, tanto que, em 2002, o número de pedidos dessa natureza cresce, parecendo traduzir o déficit empregatício estadual. Interpretação perfeitamente plausível. No entanto, é possível também imaginar que 2002 reuniria as condições ideais para o florescimento do oportunismo *clientelista* ao lado da permissividade *paternalista.* Condições nas quais se pede, mesmo quando se reconhece que "emprego está difícil, a situação está preta"[24], mas se é hora de dar o voto, quem sabe não vem alguma coisa em troca?

6/2/1/2. Ano de eleição, ano de se pedir... voto e favor: graus

É interessante, ainda e com base nos dados anteriores, observar o **grau** em que a hipótese é confirmada. Tome-se o exemplo da *assistência jurídica*, que apresenta, com relação a todos os outros grupos, a maior taxa de crescimento, de 360,4 % de 2001 para 2002.

Assistência jurídica	**- 3,3**	**62,3**	**360,4**	**- 78**	**16**

Concluindo-se, portanto, que, em todos os momentos de queda, ela se deu de forma muito menos acelerada do que nos momentos de crescimento. Não cabe aqui analisar caso a caso, no entanto o leitor está convidado ao exercício, comparando gráficos e tabelas deste trabalho.

6/2/2. Outros aspectos

Há outro aspecto que chama a atenção do observador pelo baixo índice apresentado: pedidos de medidas de segurança constituem 1,38% do total. O resultado parece contradizer certo *catastrofismo* da mídia quando esta prefere, em seu cotidiano de cobertura da realidade social do Estado, esboçar o que, à primeira vista, assemelha-se à desordem e ao caos no setor de Segurança Pública.

7. O eleitor universal em seu estágio individualista

Para além das considerações feitas, é preciso compreender a Tabela 2. Apresentada em ordem decrescente de valores percentuais relativos a cada grupo de pedidos, a tabela fraciona-se, em função dos resultados alcançados

24 Trecho da carta 5, acima

pela pesquisa, em duas subdivisões. Uma, que reúne os primeiros sete grupos; e outra, que agrega os quatro grupos seguintes. O grupo *Casa própria* não está incluído na leitura, que ora se procede, por constituir pouco mais de 0,5% do total de pedidos, percentual que, no que tange única e exclusivamente ao ponto agora tratado, será assumido como traço.

Isso posto, considerem-se da Tabela 2 os seguintes grupos: *Direitos trabalhistas*, *Emprego*, *Saúde*, *Doações diversas, Ajuda financeira*, *Assistência jurídica* e *Educação, Infra-estrutura*, *Material esportivo*, *Segurança* e *Projeto de Lei*. É forte a tendência de tratá-los como se nada tivessem a ver uns com os outros.[25] Nesse modelo de análise, os *eleitores* estão meramente atomizados. Cada grupo é um núcleo particular e, realmente, torna-se difícil deixar de vê-lo dessa maneira. A menos que se disponha de outros instrumentos de leitura.

O que se propõe, aqui, é reconhecer, no conjunto dos grupos, uma universalidade de forma a identificar, na seqüência decrescente que vai de *Direitos trabalhistas* a *Projeto de lei*, uma única história: a história de um único eleitor, o *eleitor universal*. A característica principal desse *eleitor universal* é o individualismo. Quer para si. Pede, pensando apenas na própria vantagem. Acima de tudo, luta por *direitos trabalhistas*, com o objetivo de, na maior parte das vezes, alcançar benefícios particulares. Ao mesmo tempo, esforçar-se para arrumar um *emprego*. Lutar pela efetividade de *direitos trabalhistas* e procurar por emprego seriam, dessa forma, suas tentativas de solucionar a crise em que se encontra, com conseqüências danosas sobre a própria *saúde*. Questões circunstanciais levam-no a solicitar *doações diversas*. A degradação do *eleitor universal* atinge seu ápice no quadro esmolar do pedido de *ajuda financeira*. Fica evidente que seu individualismo não lhe foi oportuno. Ou, melhor, seu corpo e seu moral degeneraram-se à medida que seu espírito foi se mantendo mais e mais egoísta. Parte para *assistência jurídica…* No entanto, aos poucos, ele começa a ver um outro tipo de solução, mas não abandona o enfoque pessoal, individualista, busca socorro na *educação*, como meio de melhorar a qualidade de *sua* vida privada.

> Tem nos causado grande apreensão a demora da aprovação do novo estatuto da corporação. E nossa preocupação aumenta quanto à sua aplicabilidade, visto que a lei delegada 37 foi revogada, sem que fosse cumprida e aplicada na sua totalidade.
>
> Vale salientar que o estatuto ainda em vigor, de 16 de outubro de 1969, em muitos dos seus artigos não foram cumpridos, até esta data, como auxílio-moradia, casas funcionais para policiais militares através da fundação Tiradentes, abono de fardamento, dentre outros.
>
> Sabemos ainda do imensurável apreço que o nosso governador tem pela PMMG, portanto, tememos que, se o estatuto não for sancionado ainda em seu governo, corre o risco de o mesmo sofrer solução de continuidade.
>
> E nós já vimos esse filme. No governo de Hélio Garcia, um esboço de ante-projeto de um novo estatuto foi elaborado, porém, não foi aprovado durante o governo que o sucedeu. Toda tropa sabe de sobra do empenho

25 Claro que sempre se pode, articulando-os no bojo da cultura, vinculá-los conforme variados graus de causalidade. Por exemplo, pode-se afirmar que o percentual de pedidos relativos a Educação é baixo porque o que o eleitor deseja é, através de Emprego, garantir o mínimo, isto é, sua inserção em mecanismos sociais de produção, circulação e consumo de bens e mercadorias.

hercúleo de vossa excelência em nossas conquistas já alcançadas; como questões salariais, sociais e humanitárias e condições de trabalho e, portanto, gostaríamos que o novo estatuto fosse aprovado logo e na íntegra, conforme está no seu anteprojeto de 22 de fevereiro de 2000, e questões como abono de fardamento, moradia funcional para militares, promoção de posto/graduação imediatos, gratificação por atividades penosas de risco, perigosa e insalubres, transferência remunerada para reserva proporcional aos 25 anos de efetivo serviço não podem ser postergadas. Com a acolhida de praxe, aproveito para realçar gestos de real apreço e distinta consideração. Atenciosamente, de seu fiel seguidor.[26]

"Ao meu querido amado" [...] deputado [...]; venho por meio desta carta te agradecer por tudo o que vossa excelência está fazendo pelo povo mineiro [...] Querido deputado [...], recebi sua carta, ou seja, o presente de aniversário (um cartão). Bem amado. Obrigada. Deus te abençoe por se lembrar de mim: agora quero te fazer mais um pedido, na esperança de ser atendida. Ou seja, reforçando meu pedido, ajude-me a conseguir um emprego, pois breve vai sair o concurso [...]. Será que com sua força não chegarei ao meu objetivo? [...], como já te disse, está muito difícil conseguir trabalho hoje em dia, sem ajuda de alguém, principalmente com racismo, da idade, etc. Moro de aluguel, tenho três filhos menores de idade, sou sozinha, não tenho ninguém a quem me assegurar, só mesmo Deus. Desculpa-me, sei que você não tem nada a ver com meu elo de vida. Desde já, agradeço pela sua atenção, aguardo sua resposta. Abraços. Até breve.[27]

Meu nome é [...,] professora já em final de carreira, associada do Ipsemg.

Necessito de uma cirurgia de mama porque já me encontro com problemas de coluna e meus seios são demasiadamente grandes.

Consegui um formulário no posto do Ipsemg, aqui na cidade de [...], pois temos médicos muito bons aqui. Mas, sem a autorização do Ipsemg, não consegui nada. Se esta autorização fosse concedida através de um documento endereçado ao posto do Ipsemg de minha cidade, seria mais fácil. Mas, se não houver jeito, gostaria de consultar aí a fim de que seja agilizada essa cirurgia, apesar de me trazer transtornos, pois não há ninguém disponível para me acompanhar, e essa cirurgia impede o paciente de se movimentar com os braços.

Se a cirurgia fosse autorizada a se realizar nesta cidade, gostaria que fossem designados para tal os médicos Dr. [...] e Dr. [...] Pois, já consultei com este último e ele conhece o meu problema, porém nada foi resolvido. Já ganho pouco e vou ficar sem o atendimento que me é urgente?

Na esperança de ser atendida em minhas solicitações, despeço-me.[28]

Tenho várias coisas para pedir ao senhor, mas sei que não poderia atender a todos os pedidos. Então, vou lhe pedir uma coisa de que eu sonho desde pequeno. Peço ao senhor um carro, mas não um carrão. Eu gostaria de um Chevette de qualquer que seja o ano.

Sei que é um pedido ridículo, mas é um sonho, que até hoje não consegui realizar. Gostaria ainda de acrescentar que estou disposto a trabalhar para o senhor nas épocas de eleição, ou como o senhor determinar, como forma de pagamento.

Se o senhor não puder realizar o que lhe pedi, gostaria que o senhor pelo menos respondesse esta carta.[29]

26 Carta 11.

27 Carta 12.

28 Carta 13.

29 Carta 14.

> […] além da faculdade, pago transporte, xérox, livros e uniforme, que foi adotado como obrigatório. O que ganho pago uma pessoa para ficar com meus filhos, já que o curso é diurno. Na verdade, esta carta é quase um pedido de esmola, já que o contra cheque do senhor meu marido nestas condições não deixa de ser um atestado de pobreza.
>
> Senhor, perdão pelo desabafo, mas, infelizmente, essa é a verdade.
>
> Termino esta com um pedido de socorro, pois não consegui pagar nem a minha matrícula e não sei quando vou conseguir sair do cheque especial do meu marido, que foi a única solução para que eu me tornasse uma universitária de fato. Até quando? […][30]

7/1. Aspectos clientelistas, paternalistas e patrimonialistas do bloco de pedidos de *eleitores* em estágio individualista

Anteriormente, identificamos certas raízes culturais da vida nacional, destacando três delas. Duas, que refletem linhas de conduta: *clientelismo* e *paternalismo*. E a terceira, o *patrimonialismo*, que traduz o ambiente político de atuação de tais comportamentos. O conceito de *clientelismo* trata da dependência entre sujeitos de *status* diversos, sendo que um deles protege e o outro retribui. A expressão *paternalismo* possui sólido ponto de contato com o *clientelismo*: a proteção. *Paternalismo* baseia-se na figura do pai benevolente que protege filhos menores. A imagem é própria do autoritarismo de políticas que, de boa vontade, querem, isoladamente, promover o bem-estar do povo sem a participação do interessado na solução de seus problemas. Por sua vez, *patrimonialismo* está ligado à fusão entre as esferas pública e privada.

Patrimonialista é a atmosfera na qual o sujeito, na posse de cargo público, considera possível colocar o Poder a serviço de conveniências privadas. Do outro lado, o de fora da festa, barrado à porta do baile, assistindo ao interesse particular apropriar-se da coisa pública, o cidadão comum move-se em nome do desejo, quer de, alguma forma, gozar dessa mamata. Vem aos pés do poderoso e, aos moldes do *cliente*, pede algo em benefício próprio. No caso da relação entre *eleitor* e *representante político*, pede, oferecendo em troca a fidelidade do voto. Ora, voto é, por excelência, o instrumento basilar do exercício da democracia. Determina, por maioria, destinos de um povo. É bem público! Se se quiser, é bem particular de interesse público. Aceitando-o como mercadoria de troca na dança de favores, o político está, patrimonialisticamente, apropriando-se do público. Protegendo o *cliente*, como o pai que protege o incapaz, reproduz o interesse em mantê-lo, perpetuamente, nesse estado de incapacidade.

É patrimonialista o ambiente cultural da política brasileira. É nele em que atuam os dois atores assistidos por esta pesquisa: o *eleitor* e o *representante político*. Cada um deles interpreta dois personagens. No jogo teatral do *clientelismo*, o *eleitor* é o protagonista no papel de *cliente*; contracena com o político no papel de "*patronus*". No drama do *paternalismo*, a história inverte-se: o político assume o papel principal, o de *pai*, antagonizando com o *eleitor* no papel de *filho*. O paradoxo é que não há distinção de cenas e, onde uma manifesta-se, a outra está latente. Melhor: a encenação de uma não elimina a execução da outra. Ou ainda: a peça é uma só e,

30 Carta 15.

nela, cada um dos dois atores usa uma máscara com duas faces. A peça é, ao mesmo tempo, clientelista-paternalista. E o *eleitor* representa uma personagem de dupla personalidade, que, ao mesmo tempo, é *cliente* e *filho*. Enquanto o político representa uma personagem que, da mesma forma, possui dupla personalidade, sendo, ao mesmo tempo "*patronus"* e *pai*, ou vice-versa.

Em face do exposto, é possível dizer que a conduta do *eleitor em estágio individualista* é *clientelista*. Mais especificamente, comporta-se muito mais como *cliente* do que como *filho menor*. No outro pólo da relação, seu *representante político*, no auge de sua permissividade patrimonialista, age muito mais como "*patronus"* do que como *pai*.

8. O eleitor universal em seu estágio social

'Ora, mas o que foi dito não passa de juízo de valor', diriam leitores afeitos a análises frias, isto é, neutras, isto é, objetivas, isto é, científicas, entre aspas. Ora, sem um pouco de juízo de valo,r não se faz humanidade. E já que começamos, permitam-nos concluir. É só depois de afundar-se, de descer ao fundo do poço a ponto de pedir dinheiro a quem deu o voto. É só depois de insistir, ao máximo, com soluções privadas, particulares, isoladas, solitárias. É só depois de fracassar inúmeras vezes que o *eleitor universal* muda o caráter de sua conduta. Procura, então, associar-se, aceita participar de movimentos, politiza-se. Ei-lo pedindo ao lado da comunidade, pois aprendeu que bem comum reflete-se em cura, associar-se, aceitar participar de movimentos da comunidade, pedir dinheiro em benefício próprio. Timidamente, inicia seu processo de socialização, com pedidos que vão de *infra-estrutura* a *segurança*. Mas seu progresso é rápido e já, já, eis que surge um cidadão capaz de acreditar no processo democrático, tanto que lá está ele, o eleitor universal a propor *projeto*, pois quer lei para, por exemplo, desburocratizar a aposentadoria do trabalhador rural, ampliar a participação de prefeituras no ICMS, proibir uso de capacetes que impossibilitem identificação de motociclistas, reduzir preços de serviços bancários, etc.

A metáfora cumpre, pois, seu papel – o de permitir pensar mais longe. A imensa maioria está no estágio individualista do *eleitor universal*, é o que demonstra o somatório de percentuais dos sete primeiros grupos: 92,3% Diante disso, considere-se ínfima a parcela do eleitorado que atingiu o estágio social do *eleitor universal*: 7,17%

> Solicito humildemente, como cidadão interessado em minha cidade e no desenvolvimento turístico da região, mais uma vez a ajuda valiosa de V. Sa. junto às autoridades competentes a ligação asfáltica de […] com a cidade de […,] para tirar nosso município do isolamento, principalmente em tempo de chuva. Faltam apenas 25 km de cada lado de asfalto ou calçamento para que os [...] eleitores conscientes e agradecidos possam escoar suas produções durante, principalmente, o período chuvoso sem nenhum contratempo.
>
> Em [...], irá fazer justamente [...] anos de sua emancipação política, por incrível que pareça o mesmo tempo das promessas políticas.
>
> Agora os tempos mudaram, e eu tenho esperanças.
>
> No aguardo de uma resposta positiva.[31]

31 Carta 16.

Apesar de ser baixo o estágio social de eleitores, pode-se dizer que eles são ativos e mantêm vivo o desejo de participar, construindo coletivamente os destinos do Estado. As propostas, pelo contrário, apresentam tal grau de diversidade que, por vezes, surpreendem pela excentricidade, como é o caso dos exemplos a seguir.

> Nós, mineiros, não temos porto marítimo, muito menos praia. Gostaria que você apresentasse um projeto de lei, sugerindo ao governador que entrasse em contato com o governo da Bahia no sentido de fazer uma troca de terra até a divisa da Bahia com Espírito Santo. Ou, então, nos vender essa faixa de terra. O nosso estado não precisa gastar um centavo, tenho certeza absoluta que, se for feito um apelo aos mineiros no sentido de dar uma contribuição, todos estarão prontos e muito alegres. Já pensou, nós, mineiros, com porto e praia? E aí nós teremos um ramal ferroviário. Olha, deputado, a Bahia tem 850 km de orla marítima e ela já é totalmente beneficiada com o Rio São Francisco, portanto, eu penso que, se houver boa vontade de nossos irmãos baianos, tudo será uma maravilha. Ali é uma faixa de terra, deputado, que apenas serve para isolar do mar, não queremos Porto Seguro, é apenas uma faixa, como já disse, na divisa com o Espírito Santo. Nós estamos igual passarinho na gaiola. Somos o 4° Estado da Federação. Somos o 2° colégio eleitoral do Brasil. Mediante tudo isso, acho que vale a pena sonhar. Nos dê esta força, deputado. Converse com seus colegas, com o governador Aécio Neves, ele é um jovem igual você, no bom sentido.[32]

> Projeto de lei para funcionamento de uma embaixada marciana
>
> Ponto central: Proclamar uma intervenção branca transformando o Estado de Minas Gerais numa colônia marciana como serviço de utilidade pública, criando condições política e econômica para ter autonomia de educação e salvo-conduto com grupos ou pessoas, inclusive os que praticam atos terroristas, para que ela possa negociar e modelar entre pessoas e povos a PAZ PERFEITA e a LIBERTAS QUE SERA TAMEM, segundo o código de sintonia da Esfinge-Pirâmide, o vínculo de comunicação espacial com a divindade para que a raça humana não seja mais crucificada na história.
>
> Complemento: Autonomia de ação sobre o destino das naves, dar equipamento e da tripulação extra terrestre capturadas em solo mineiro e/ou locais que aceitem a Embaixada Marciana, bem como a devolução das já capturadas, principalmente as que estão fora do território brasileiro, em favor do poder público, com o objetivo de desenvolver boas relações com as culturas cósmicas que visitam a terra.
>
> Complemento: Implantar a lei do tempo do povo da constelação de Arcthurus nas escolas para as crianças crescerem desenvolvendo a telepatia plena, removendo a natureza aguerrida herdada da herança do sistema de medida de tempo tradicional gregoriano preto-e-branco pelo CALENDÁRIO DA PAZ COLORIDO.
>
> Complemento final: Incluir, no currículo escolar das crianças, a preparação de contatos e discernimento com inteligências extra e ultraterrestre para favorecimento evolutivo da humanidade terrestre.[33]

8/1. Aspectos *clientelistas*, *paternalistas* e *patrimonialistas* do bloco de pedidos de *eleitores* em estágio social

Já foi afirmado anteriormente, na atmosfera patrimonialista: clientelismo e paternalismo são faces da mesma página de papel.

32 Carta 17.

33 Carta 18.

Se o *eleitor em estágio individualista* age mais como *cliente* do que como *filho*, o *eleitor em estágio social* inverte o processo: funciona mais como *filho* do que como *cliente*. Do outro lado, o político, sempre sob inspiração patrimonialista, comporta-se muito mais como *pai* do que como "*patronus*". Em fim, as encenações são as mesmas, apresentadas regularmente à sociedade, que as assiste enfastiada.

9. Lista

Também já foi relatado que a identificação daquilo que o *eleitor* pede a seu *representante político* obedeceria aos seguintes procedimentos: – *levantamento estatístico* e *lista*. O *levantamento estatístico* foi alvo das preocupações nos itens anteriores. A *lista,* a seguir, simboliza o universo de desejos, sonhos e necessidades, que, de um modo ou de outro, o *eleitor* busca satisfazer por meio daquele a quem confiou o seu voto. Conhecer, com o nível de detalhe proposto, com o que o eleitor está disposto a transformar votos em objeto de escambo, pode esclarecer significados da *práxis* democrática nacional.

A diversidade de pedidos revela-se quase infinita. Como a el-rei, pede-se de tudo ao *representante político*. A lista segue: cestas básicas, colchões e cobertores; verba, para confecção de adesivos; computadores; tecidos, para confecção de fantasias de escola de samba; vestuário usado e lona preta; apoio, para apresentação de peças de teatro em escolas públicas; pães, para festival de cachorro-quente; dinheiro, para pagamento de cirurgia; ajuda financeira, para mudança de categoria em carteira de habilitação; recursos, para reforma de igreja; bancos, mesas, cadeiras; confecção de faixas; canetas, pastas, papel e outros materiais, para congresso religioso; tecidos, para curso de corte e costura em associação filantrópica; quatro manilhas grandes, para construção de passagem de pedestres; sítio, para recuperação de drogados; dinheiro, para compra de apostilas de colégio; sacos de cimento; ventiladores; caminhão, para transportar mudança; toldos; veículo, para departamento municipal de assistência social; computador, fax e PABX, para posto policial; mata-burros; livros de matemática; fraldas descartáveis; antena parabólica, com a respectiva televisão; 20 kg de canjica, para festa junina; canecos e cantis; *kit* básico, para fabricação de velas; material elétrico, para atender famílias carentes; alimentos e frutas; imposição de penas alternativas em benefício de creches; balanças de banheiro, para programa de saúde familiar; liberação de terreno, para a construção de área de lazer para comunidade de bairro; sementes, para distribuição entre membros de comunidade; bateria instrumental; tanque de resfriamento de leite; aparelhos, para academia de ginástica; aparelho de transmissão, para rádio FM, com potência de 100 W; liberação da banda da Polícia Militar, para abrilhantar atividades da Festa do Rosário; aparelho auditivo; custeio de alojamento e alimentação, para atletas mirins; agendas escolares; reforma de residência; bicicleta; construção de sede de associação; terreno, para construção de fazenda terapêutica; guitarra; lote, para construção de orfanato; equipamentos, para a montagem de laboratório clínico; saxofone; óculos; calções, para time de futebol de campo; caixa de papel ofício; padrões de energia; brinquedos, para festa de Natal;

medicamentos; aparelho auditivo; perna mecânica; móveis e eletrodomésticos, "para família que perdeu tudo nas chuvas"; materiais hidráulicos; sanfona; violão profissional; roupas e calçados; carrinho de cachorro-quente; promoção de evento religioso; exemplares do código civil; transporte, para atletas de *Tae-kwon-do*; bicicleta, para sorteio; máquina de datilografia; bandeiras; microcomputador, impressora, e arquivos; veículo; viatura; rádio-comunicação e verbas para Consep; 150 cadeiras de plástico, para igreja; 300 kg de roupas; brindes, para barraquinhas de festa junina; instrumentos musicais; liberação de ônibus, para a viagem de fiéis; livros, para biblioteca de escola municipal; máquina de fazer fraldas; indicação para treinar em time de futebol; 1.500 tijolos; sementes, para distribuição entre pequenos produtores; recursos, para despesas de deslocamento para tratamento de alcoolismo; incubadora; máquina Polaroid e caixas de filmes; materiais de construção diversos; cadeiras e mesas de plástico; computador; máquina de costura; refrigerantes, para festa de crianças, etc.

10. Conclusão

É hora da despedida, prezado leitor, com o pedido de que seja generoso, pelo menos, quanto a erros, deslizes e enganos secundários. É possível falar de conclusões em dois planos: as referentes ao mundo do *eleitor* e as vinculadas à sua conduta.

No primeiro plano, há dois aspectos: o do ato de pedir e o do *eleitor* em sua relação com o *representante*. A pesquisa evidencia uma absoluta falta de critério por parte do *eleitor*, que pede de tudo. Quanto à relação entre *quem pede* e *quem pode*, a pesquisa apresenta três conclusões. A primeira delas afirma que o *eleitor* determina o *representante* e isso o vincula à relação. A segunda diz: quem pede solicita a um ex-candidato, que pediu antes – o que legitima a reação do *eleitor* e instala o círculo de pedidos mútuos. A terceira constata a existência de uma *cultura do pedir* na qual atuam *eleitor* e *representante*, por meio de uma relação de faz-de-conta que justifica, para um e outro, a reciprocidade fundada em um *eleitor* que pede com ânimos de quem arrisca ("se não for atendido, bem; se for, melhor") e em um *representante* que age, conhecendo o ânimo do *eleitor*.

No segundo plano, a atenção volta-se para três direções: – o *pedido* – o eleitor como *aquele que pede*; e a postura do *eleitor* em face de seu *representante político*. O *pedido* do eleitor possui elementos históricos de cunho clientelista, paternalista e patrimonialista, que lhe conferem permanência e que permitem compreender o modo de o *eleitor* ver tanto seu *representante político* como o Estado. O *representante político* é alguém que lhe deve fazer favores; o Estado, algo do qual ele deve se servir. Em outras, o *eleitor* pede, acreditando na legitimidade da privatização do público. Desconsidera, quando não a desconhece absolutamente, a função política do deputado e 'espera' – talvez o mais adequado fosse dizer 'exige' – que ele lhe satisfaça pedidos de cunho pessoal, atenda a necessidades individuais específicas, intervenha junto a órgãos públicos em seu benefício, etc. Existe, na atitude do *eleitor*, em sua relação com o parlamentar eleito, uma consciência de *corrupção* de função,

mesmo nos momentos em que demonstra conhecer que "o trabalho dos deputados é para a coletividade do povo"[34]. Por vezes, chega a lembrar que parlamentares cumprem "mandatos públicos"[35]. Expressões que parecem ultrapassar o âmbito da política patrimonialista, mas, que, no entanto, o que seria germe de consciência cidadã, não passa de caricatura: o *eleitor* sabe que não é função parlamentar realizar seus desejos, sabe que está pervertendo, mas arrisca, desafia, transgride – talvez induzido pela convicção de que, 'havendo deputado, há favores'. Se colar, colou…

Resta reafirmar: há uma estrutura sociopolítica, na qual o *eleitor* exercita o ânimo de pedir. Seus fundamentos, conforme os argumentos apresentados, podem ser encontrados na preservação, manutenção e revitalização de históricas relações clientelistas, paternalistas e patrimonialistas.

> Recebi sua carta na qual entendi seus esclarecimentos. Fique sabendo que estou acompanhando sua trajetória política há muito tempo, até o momento estou fechado com você, e não abro. Tenho lhe elogiado, defendido e muitas vezes lhe aplaudido. Espero que continue defendendo e reivindicando nossos interesses. Continue participando de eventos, sempre divulgando seu trabalho, porque o político tem que aparecer e não esconder de seus eleitores.
>
> Não faça e nem participe de projeto que onere a classe salarial com "Imposto". Conselho de seu amigo. Vou ficar daqui de olho em você…[36]

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

A Autora

34 Trecho da carta 7, acima.

35 Trecho da carta 8, acima.

36 Carta 19.

11. BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1997.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2003. (Obra prima de cada autor)

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão* conceitual. Dados. [*on line*]. 1997, v. 40, n. 2 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0011-5258. Acesso em: 11 fev. 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 24. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. (Documentos Brasileiros, 1)

MARTINS, Humberto Falcão. A ética do patrimonialismo e a modernização da administração pública brasileira. In: MOTTA, Fernando C. Prestes; CALDAS, Miguel P. (Org.). *Cultura organizacional e cultura brasileira*. São Paulo: Atlas, 1997. Cap. 10, pp.171-183.

MASTROPAOLO, Alfio. Clientelismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. 12. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1999. 177-179.

MATTEUCCI, Nicola. Paternalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. 12. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1999. pp. 908-909.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Gênese e apocalipse – elementos para uma teoria da crise institucional latino-americana. *Novos estudos Cebrap,* São Paulo, n. 20, pp. 110-118, mar. 1988.

SANTOS, Wanderley Guilherme. A gênese da desordem. In: *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. pp. 11-38.

SOUSA, João Morais de. Discussão em torno do conceito de coronelismo: da propriedade da terra às práticas de manutenção do poder local. Disponível em:<http://www.fundaj.gov.br/docs/text/jmorais.doc>. Acesso em 30 out. 2004.

WEFFORT Francisco. Estado e Massas no Brasil. In: *O populismo na política brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980. Cap. II, pp. 45-78.

WOLF, Joel. Pai dos pobres ou Mãe dos ricos? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. *Revista Brasileira de História, Brasil 1954/1964,* São Paulo, v. 14, n. 27, pp . 27-60, 1994.